



**ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Antonio Vaz, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhoras e senhores deputados! Quero justificar a ausência do deputado Renato Câmara, que se encontra em Porto Murtinho, na Câmara Municipal, para receber o Título de Cidadão Porto-Murtinhense, conforme CI 087/2024. Solicito ao senhor segundo-secretário em exercício, deputado Paulo Duarte, que proceda à verificação de quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Há quórum suficiente para iniciarmos a Sessão de hoje, terça-feira, 18 de junho de 2024, dia do aniversário da minha mãe.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Parabéns à sua mãe, deputado Paulo Duarte! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. Convido o deputado Antonio Vaz para assumir a função de primeiro-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — *"Ata da Quadragésima Nona Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Estado do Pantanal. Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Cinquenta e Cinco da Quadragésima Oitava Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Caravina, Paulo Corrêa, Zeca do PT, Zé Teixeira, Mara Caseiro, Antonio Vaz, Roberto Hashioka e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lucas de Lima, Junior Mochi e Paulo Duarte. **GRANDE EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Mara Caseiro e Professor Rinaldo. **ORDEM DO DIA** - Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 75/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz; Projeto de Lei nº 351/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Daladier Agi; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Zeca do PT, endereçada aos familiares de Maria da Conceição de Almeida Tavares; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada aos estudantes secundaristas dos municípios de Bela Vista, Caracol e Antônio João, que reuniram-se no dia 29 de maio de 2024, em assembleia geral, na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Bela Vista e Caracol, para formalizar a criação da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (Umes); requerimento de moção de congratulação, de*

autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao Coletivo Cultural Projeto Gema, representado pelo coordenador-geral Rodrigo Souza, estendida a todos os membros e colaboradores envolvidos na organização do projeto 'Conexão Urbana', pelo notável trabalho realizado na promoção e valorização das culturas de rua e periférica em Nova Andradina; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada à primeiro-sargento do Corpo de Bombeiros Eliane Guimarães Rodrigues, pelo heroico ato de salvar a vida da filha da senhora Renata Bento, a recém-nascida Eduarda, que se encontrava engasgada e com falta de ar, praticamente desfalecida; requerimento, de autoria da deputada Lia Nogueira, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 7 de novembro de 2024, das 19 horas às 22 horas, para realização de Sessão Solene de entrega da 'Comenda Antônio Tonani', criada pela Resolução nº 103/2019, em comemoração ao 'Dia do Radialista'; requerimento de informações, de autoria do deputado Pedrossian Neto; indicações, de autoria dos deputados Caravina, Pedrossian Neto, Paulo Duarte, Roberto Hashioka, Antonio Vaz, Pedro Kemp, Zeca do PT e Lidio Lopes. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usou da palavra o deputado João Henrique. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, doze de junho do ano de dois mil e vinte e quatro." Foi lida a ata, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Antonio Vaz, que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Antonio Vaz - Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Expediente da Sessão Ordinária de 18 de junho de 2024: Ofício nº 146/2024, do Poder Executivo, agradecendo pela moção de congratulação que lhe foi enviada pelo deputado Roberto Hashioka em nome dos parlamentares desta Casa; Mensagem nº 3/2024, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, encaminhando o projeto de lei que dispõe sobre a consolidação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul e Anexos, que cria funções e cargos de provimento em comissão para atender à estrutura de pessoal do Tribunal, e dá outras providências (Prot. nº 01948/2024; Ofício nº 7.466/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Caravina (Prot. nº 1578/2024); Ofícios nºs 7.843 e 7.847/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Lidio Lopes, Lia Nogueira e Renato Câmara; Ofício nº 1.884/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 250/2022); Cartas nºs 17 e 18/2024, da CCR MSVia, respondendo à indicação do deputado Neno Razuk (Prot. nº 1365, 1434/2024); Carta nº 562/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Antonio Vaz (Prot. nº 1115/2024). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Por inversão, com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! Eu trago três indicações vindas do interior do estado. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando a instalação de iluminação pública, com luzes de LED e demais sinalizações adequadas, na rotatória recentemente construída no final da avenida José Estevam da Silva Filho, sentido rodovia BR-158, em Brasilândia. Esta solicitação foi elaborada pela vereadora Marcia Regina do Amaral Schio (Marcia do Amaral). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a lotação de seis policiais militares, incluindo policiais femininas, bem como a aquisição de duas novas viaturas para suprir o quadro 2º Batalhão da Polícia Militar em Brasilândia. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente do Detran, senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, solicitando que seja firmada parceria para apoio ao município de Rio Negro, frisando a reforma geral do prédio do Detran localizado na cidade. A unidade enfrenta sérios problemas de infraestrutura, como infiltrações, defeitos na caixa d'água, portões, entre outros. O objetivo é garantir um ambiente seguro e funcional tanto para os funcionários quanto para os cidadãos que utilizam os serviços do Detran. Este pedido foi encaminhado ao nosso gabinete pela vereadora Nair de Oliveira, de Rio Negro. Essas são as minhas indicações. Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu venho à tribuna para falar da CCR MSVia. Acho que os colegas têm acompanhado pela imprensa a questão do reajuste do pedágio. Segundo a concessionária, trata-se de uma readequação por conta do índice inflacionário. Mas é um aumento. Então, eu quero fazer um retrospecto sobre isso. Eu fiz o requerimento — que foi aprovado por todos nós em 11 de abril de 2024 — à ANTT, à CCR MSVia, ao Tribunal de Contas da União, pedindo informações sobre aquele contrato de repactuação. Ficou definido que seria feita a repactuação com a própria CCR MSVia, para ela retomar as obras, com plano de retomada. Isso está parado há sete meses. Em abril nós aprovamos o requerimento, e foi decidido pela Mesa Diretora que ele seria encaminhado para a comissão presidida pelo deputado Hashioka, para que ela fizesse o encaminhamento. Ocorre que a comissão acabou sendo desfeita, porque ela foi criada especificamente para acompanhar as audiências públicas. Assim, o requerimento ficou no limbo. Bom, eu fiquei sabendo hoje que ele não foi encaminhado, que está no gabinete do deputado Hashioka. Se ele tivesse sido encaminhado, talvez nós teríamos a resposta sobre esse reajuste dos pedágios. Gente, é um absurdo! Nós tínhamos um acordo! Eu tenho os documentos com relação a isso. Deixe-me pegar aqui para lhes mostrar. Na quinquagésima primeira reunião ordinária da ANTT ficou definido que, enquanto não ficasse definida a repactuação, não haveria aumento do pedágio. Agora eles disseram: "Não é um aumento, é um reequilíbrio inflacionário." Como reequilibrar um contrato que não foi repactuado, sobre o qual existe uma determinação,

uma negociação para que ele seja repactuado. Mas a repactuação não acontece, e o processo está parado há sete meses no TCU só para ser homologado. Porque aí nós poderíamos ter a data de início das obras, a programação do retorno dessas obras. Mas a repactuação não anda. Aí vem o reajuste de 3,73% do pedágio. Isto está causando indignação na população de Mato Grosso do Sul. Além disso, presidente, eu quero abordar outro assunto importante. Houve um caso semelhante no Rio de Janeiro, o MPE do Rio entrou com uma ação, depois o MPF entrou em litisconsorte contra a ANTT, proibindo-a de fazer qualquer reajuste, enquanto as obras de infraestrutura não fossem retomadas. Isso lá no Rio de Janeiro. Mas o que ocorreu aqui foi semelhante. Então eu quero propor que esta Casa solicite à PGE que entre com uma ação judicial, com um pedido de liminar, suspendendo o reajuste do pedágio. Eu já pedi para a minha assessoria verificar isso. Nós precisamos tomar uma decisão com relação a isso. Não é concebível um reajuste sem repactuação, sem programação. Já foi um absurdo ter de concordar com repactuação, depois de tantos anos vendo a CCR não cumprir o compromisso feito na licitação. Nós entendemos na reunião, e inclusive houve audiência pública nesta Casa, que a repactuação seria mais rápida do que uma nova licitação. No entanto, a repactuação não acontece, o TCU não diz: "Faça o contrato. O cronograma é esse". Aí vem o reajuste do pedágio. Daqui a pouco passará mais um ano, virá mais um período inflacionário, virá mais um reajuste de pedágio, e nós continuaremos vendo acidentes, mortes e apenas manutenção na via. Quando o valor do pedágio foi lançado, não foi só para manutenção; e se fosse para manutenção, que ficasse a cargo do governo federal. Na realidade, o contrato previa manutenção e investimentos. Ocorre que os investimentos não estão sendo feitos. Se nós ficarmos aguardando informações, não chegaremos a um denominador comum. Diante do exposto, senhor presidente, e para encerrar, solicito que a assessoria jurídica da nossa Casa verifique quem tem competência legal para entrar com uma ação, ou com uma liminar, suspendendo esse reajuste. Vamos provocar o doutor Romão, procurador-geral de Justiça, para que ele suspenda esse reajuste. Se a Justiça suspender o reajuste, eu tenho certeza de que a concessionária vai assinar o contrato, vai apresentar o cronograma, e aí a gente poderá dar satisfação à sociedade. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu me somo a Vossa Excelência nesta questão. Vamos consultar nossa assessoria jurídica para sabermos quem pode entrar com a ação. Acho que a PGE pode entrar com essa exigência. É importante falarmos com o deputado Hashioka, presidente da comissão, e com o doutor Romão. É importante que a bancada federal se some a nós. Acho que os vinte e quatro deputados desta Casa, os oito da bancada federal e os três senadores podem se unir em prol desta causa. Acho importante o senhor fazer essa articulação, para que cheguemos a um denominador comum. Acho que na hora em que o reajuste for suspenso, a concessionária senta à mesa para conversar.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Com certeza. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Na sequência, com a palavra, o deputado Antonio Vaz... Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, eu faço uso da palavra para apresentar uma emenda à LDO, que está sendo relatada pelo deputado

Caravina. Eu tenho certeza de que a emenda que vou propor será acatada. Diz o artigo 33 da LDO. "Na ocorrência da não aprovação deste projeto de lei até 31 de dezembro de 2024, fica o Poder Executivo autorizado a dar início à execução orçamentária das metas e das prioridades aqui definidas e a submeter à aprovação do Poder Legislativo as alterações decorrentes das diferenças apuradas entre previsão e a execução." A justificativa trata de mera correção de erro material. No artigo 33 do projeto original que chegou a esta Casa constava 2023. Então, é só uma correção nesse erro de digitação da data. O correto é 31 de dezembro de 2024.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Um aparte? O senhor fez uma boa observação. Eu também percebi o erro, já entrei em contato com a colega, e ela já fez a emenda.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado, deputado Paulo Corrêa.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Quero lembrar que não é permitido fazer aparte no Pequeno Expediente. Na sequência, com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Maria do Carmo Avesani Lopes, diretora-presidente da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (Agehab), solicitando agilidade no processo de regularização fundiária das quadras números 68, 72, 73 e 74, concedendo o título definitivo de propriedade aos moradores do bairro Piracema, no município de Coxim. No trecho estão compreendidas as ruas Pedro Gomes, Projetada A, Três Lagoas, Major Tomás Gonçalves e São Paulo. Esta solicitação foi encaminhada ao nosso gabinete pelo vereador Abílio Vanelli. Na verdade, o vereador já nos havia feito esta solicitação. Eu fiz o encaminhamento à Agehab. Mas até o presente momento não recebemos resposta. Por isso, estamos reiterando esse pedido. Para encerrar, quero apresentar uma moção de pesar. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar à senhora Carmem Ferreira Barbosa, em razão do falecimento do seu irmão, o senhor Enel Benedito Ferreira Barbosa, ocorrido no dia 15 do corrente mês. Era o que eu tinha, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Registrado. Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: oito indicações (Prot. nºs 01944/2024, 01940/2024, 01942/2024, 01946/2024, 01946/2024, 01945/2024, 01943/2024, 01941/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01939/2024). De autoria do deputado Caravina: três indicações (Prot. nºs 01955/2024, 01954/2024, 01947/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: quatro indicações (Prot. nºs 01953/2024, 01953/2024, 01951/2024, 01949/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01950/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma moção de pesar (Prot. nº 01996/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: duas indicações (Prot. nºs 01969/2024, 01968/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 01938/2024, 01937/2024, 01936/2024); um requerimento (Prot. nº 02002/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção



de pesar (Prot. nº 02008/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: duas indicações (Prot. nºs 01964/2024, 01963/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: um projeto de resolução (Prot. nº 01630/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 01960/2024, 01959/2024, 01961/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01962/2024). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Vossa Excelência dispõe de 30 minutos.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados e todos os presentes nesta Sessão! Antes de entrar no assunto que me traz à tribuna, quero dizer que ontem eu estive com o secretário Fred, da Secretaria de Administração, e amanhã, às 14 horas, a comissão que está fazendo o monitoramento do déficit previdenciário se reunirá com ele a fim de discutir melhor o assunto. Obviamente que o convite está estendido aos colegas deputados. Na próxima semana, possivelmente na terça-feira, faremos uma reunião com uma comissão de aposentados para discutirmos efetivamente uma proposta da Assembleia. Então, deputada Gleice Jane, deputado Pedrossian Neto e deputado Roberto Hashioka, amanhã, às 14 horas, teremos uma reunião no gabinete do secretário Fred. Bom, mas o que me traz à tribuna é algo recorrente em Campo Grande e em todo o estado. Vou começar mostrando-lhes essas fotos da verdadeira esculhambação que está instalada, presidente Paulo Corrêa, aqui em Campo Grande e em qualquer cidade do estado [exibe materiais impressos]. É uma verdadeira esculhambação essa questão dos fios soltos por toda a cidade. Isso aqui virou uma verdadeira terra sem lei. Um transfere a responsabilidade para o outro, que a transfere para outro, enfim. Como funciona? Os postes são da Energisa, e as operadoras de telefonia alugam os postes e colocam seus fios, seus cabos etc. Eu vou tentar ser didático para explicar a esculhambação. Eu fui atrás disso, deputado Pedro Kemp, estou aprendendo. Digamos que isso aqui seja um poste [placa de acrílico representando um poste], o poste é numerado, número 4.2353, no caso; e essas plaquinhas [etiquetas coloridas] são das operadoras que colocam os cabos, tem da Claro, da Oi, da GVT etc. Até um tempo atrás, deputada Gleice Jane, havia meia dúzia de operadoras, hoje há centenas. Então, como funcionava? A empresa precisava ter autorização. Hoje há operadoras legalizadas e há operadoras clandestinas, sem marca nenhuma nos postes. Então, sem autorização alguma, vão lá e colocam fio de determinada operadora. Nós estamos evoluindo agora para o cabeamento óptico, que está substituindo o fio grosso de cobre. Aí a operadora diz: "Nossa velocidade vai aumentar; vamos colocar fibra óptica". Aí a empresa vai, coloca a fibra óptica, que é um fio fininho, com velocidade maior; mas não tira o fio de cobre. Se a gente passar pela cidade, em qualquer lugar, aqui no parque mesmo, verá cabos quase no chão, verá coisas que não têm nenhuma utilidade. E ninguém faz nada. É uma terra de ninguém. Eu fui à Energisa, conversei com o diretor-presidente; a Energisa notifica as empresas, e elas não estão nem aí. E se a Energisa for lá e cortar um cabo errado, as pessoas ficam sem internet. Ou seja, nós estamos diante dessa esculhambação. As agências reguladoras são uma "peça de ficção". Eu nunca vi nenhum fiscal da Anatel. Não há estrutura nenhuma. E as operadoras fazem o que bem entendem. Acho que só será tomada uma providência mais enérgica quando morrer alguém. Esses fios pendurados já provocaram acidentes.

Eu os convido a andar pela cidade. Saiam daqui hoje e observem. É uma esculhambação. Veja esta foto [um poste com um emaranhado de fios]! Em um dos locais por onde passei, vi até uma trepadeira no fio. Era justamente um caso de fio de cobre. Colocaram fibra óptica nova e largaram lá os fios velhos de cobre. Então, eu estou entrando com uma representação junto ao Ministério Público Federal, por se tratar de concessão pública federal, conversei com o secretário de Segurança Pública, Antonio Carlos, conversei com o presidente da Energisa, enfim. Eu fiz isso porque esse caso é de polícia também. Alguém tem que dar um jeito nisso, talvez a polícia, delegado Caravina, porque ninguém dá jeito. É impressionante! O que acontece é uma demonstração de completa esculhambação e omissão! Porque a Energisa notifica as operadoras, e elas não dão bola, não estão nem aí. E o que acontece? Acontece esse espetáculo de horror em Mato Grosso do Sul. Claro que na capital o caos é mais visível por conta do tamanho da população e conseqüentemente da quantidade de ligações que existem. Mas isso acontece em todo o estado. Então, o que nós estamos pedindo, através, talvez, do Ministério Público Federal, é que quem deve seja responsabilizado. A coisa não pode ficar como está. Eu fico admirado. Acho que só quando alguém morrer eletrocutado, quando ocorrer uma tragédia, vão tomar providência com relação a isso. Essa inércia demonstra um absoluto descaso. A maioria dessas operadoras faz o que bem entende, não presta conta a ninguém. A gente nem sabe o nome de todas as operadoras. É uma quantidade enorme. Há vários postes sem placa nenhuma de identificação. Todas as operadoras deveriam ter suas placas de identificação nos postes; mas não têm. O pessoal faz gambiarra. Aqui mesmo no Jardim Veraneio um fio está a um metro do chão. Até quando essa esculhambação vai acontecer? Nós vivemos uma ditadura imposta por essas concessionárias. A maioria delas não presta contas a ninguém. Há mais de cem, duzentas operadoras de telefonia. E quem as fiscaliza? Eu nunca vi um cara com uniforme da Aneel, da Anatel, dessas agências reguladoras! Não existe! É uma ficção! Aí os caras ficam fazendo regras lá em Brasília, e não conhecem a realidade local. Eles não têm ideia do que é transitar por Campo Grande, uma das cidades mais bonitas do país, e ver essa esculhambação. É uma zona! Respeitando as zonas, claro. Não tem cabimento o que está acontecendo. Delegado deputado Caravina, eu já não sei mais a quem pedir apoio. Já estou procurando o Ministério Público Federal. Falei com o secretário Antonio Carlos Videira. Porque existe uma resolução da Anatel que, em tese, atribui a responsabilidade à Energisa. Mas em tese. Até porque ela não consegue, não tem poder de polícia. Ela notifica as operadoras, e elas não fazem nada. Então, eu estou pedindo socorro, inclusive à polícia, porque isso já virou caso de polícia. Algo precisa ser feito, antes que aconteça alguma tragédia aqui no nosso estado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pois não.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu estava dando uma olhada nessa matéria, e acho que o caso se enquadra também dentro da política de logística reversa, dentro da própria lei de resíduos sólidos; porque, na verdade, produtos industrializados, entre eles fios e fibras, se enquadram entre aqueles que precisam passar por esse trabalho de política reversa por quem os produz. Então, lógico, a Energisa faz a distribuição, é corresponsável. Mas, inclusive, o fabricante do material é obrigado a

recolher o que não está em uso e encaminhar para o devido lugar. Todos os grandes geradores são obrigados a isso. Acho que essa é mais uma fonte de encaminhamento que pode ser utilizada para contribuir com esse pedido seu. Vossa Excelência está coberto de razão. Hoje as operadoras lucram com instalação, substituem os produtos por outros mais modernos, fios vão se acumulando, fica aquela poluição visual. Não pode ficar assim. Precisamos encontrar uma solução. Acho que a política reversa pode ser um caminho para alcançarmos nosso objetivo.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Obrigado. Isso é importante, deputado Caravina, porque a logística reversa é nada mais, nada menos que o material que já foi utilizado e que será descartado retornar para o processo industrial. Então, neste caso, essas operadoras que deveriam fazer isso. Se a operadora tirou o fio de cobre e colocou o cabo de fibra óptica, que é interessante, que aumenta a velocidade, ela tem de retirar o lixo e dar destino. Esse lixo, inclusive, pode ser reciclado. Agora, o que a gente vai buscar é atribuir responsabilidade. Já que as operadoras não dão bola para as notificações feitas pela Energisa, que sejam penalizadas. Essa esculhambação coloca as pessoas em risco.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pois não, elegante deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, públicos presente neste Plenário e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! É bastante pertinente o tema que Vossa Excelência traz ao Plenário. Criou-se uma grande competitividade nesse mercado, não é?, e as regras não estão sendo cumpridas. É literalmente uma terra sem lei. Ninguém se responsabiliza pelo problema, nem as operadoras, nem a Energisa. O problema vem ocorrendo em Campo Grande e também nas cidades do interior do estado. Há cerca de quinze dias, lá em Dourados, numa região muito populosa, uma estudante passou de moto e acabou se ferindo em fios soltos. Isso é perigoso. Algumas pessoas, inclusive, dizem que esses fios são semelhantes às linhas de cerol. Vários acidentes têm sido registrados. Como jornalista que sou cheguei a cobrir vários acidentes com linha de cerol. Esses fios pendurados oferecem risco à população. Então, precisa haver fiscalização. Não se trata somente de uma briga no mercado para ver quem vai ficar com o espaço maior no poste, trata-se também da qualidade do serviço prestado. Qualidade é direito do consumidor. Acho que esta Casa de Leis tem de se manifestar. Parabéns pelas palavras! Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Obrigado, deputada Lia Nogueira. Vejam! Só aqui na minha mão há quinze plaquinhas, de diferentes operadoras, algumas sobre as quais eu nunca ouvi falar. A situação é grave! Não há regra! É uma terra sem lei! Vivemos num lugar onde há lei para tudo, só não, aparentemente, para essas operadoras. É uma completa esculhambação. Quando a gente olha para cima, até pensa que não está nesta cidade tão bonita, que é Campo Grande. É um absurdo! A situação é grave!



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pois não, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu quero parabenizar Vossa Excelência por trazer este assunto à tribuna. Ano passado eu apresentei um projeto de lei sobre isso...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Eu vi!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — ... O Projeto de Lei nº 183/2023, que "estabelece como risco ao meio ambiente a presença de fios sem utilização em postes de sustentação da rede de energia elétrica em Mato Grosso do Sul, bem como multa às empresas que deixarem a fiação em desuso na rede". Eu espero que, com a explanação de Vossa Excelência, a CCJR se sensibilize e faça o nosso projeto tramitar também. Até porque nós o apresentamos já faz um ano, e ele está parado na CCJR. Alguns projetos precisam de um empurrãozinho de vez em quando, porque parecem não ser prioridade da comissão. Há relatos de acidentes, de pessoas que acabam se ferindo nesses fios pendurados, tocando o chão; sem falar na poluição visual causada por esse amontoado de fios. Esse assunto merece a atenção do poder público. Nossa proposta visa estabelecer mecanismos de fiscalização e de responsabilização de empresas que fazem o serviço e que não têm removido os fios em desuso. Limpar os postes de vez em quando, inclusive, é um tipo de manutenção que elas têm de fazer. Vossa Excelência está corretíssimo em trazer este assunto para a Assembleia Legislativa. Contamos com o apoio dos nobres colegas na aprovação desse projeto. Talvez ele seja aperfeiçoado, receba emendas etc. Esperamos que a proposta cumpra com a sua finalidade, que é regulamentar essa situação, oferecer instrumentos para fiscalização e até punir quem não está respeitando as regras. Conto com o seu apoio também, para que o nosso projeto seja aprovado o mais rápido possível. Obrigado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Deputado Pedro Kemp, quando eu comecei a tratar deste assunto, fui observar a legislação e vi esse seu projeto. Conte comigo. Vamos fazer com que ele caminhe. Eu conversei hoje cedo com o deputado Caravina, da CCJR. Acho que nós temos que nos unir. Eu tenho tramitando um projeto, de outra esfera, que também trata de concessionárias de serviço público. A Assembleia precisa se posicionar, do ponto de vista jurídico. O direito do consumidor é de competência concorrente. Ou seja, o governo federal, os estados e os municípios podem legislar sobre isso.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Claro, deputado Paulo Corrêa.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu quero dar um pitaco porque sou engenheiro e fui presidente da CPI da Enersul. À época, Vossa Excelência estava na Secretaria de Fazenda.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Não. Eu já estava aqui, eu era vice-presidente e o senhor era o presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ah, sim!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Parece que não mexeram, mas já mexeram, sim. A Energisa, por exemplo, já tem uma regulação sendo feita através de uma passagem de trabalho da Aneel para a Agems. Vossa Excelência sabia disso?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Então eu proponho que a gente chame aqui o presidente da Agems, Carlos Alberto de Assis, para discutirmos a possibilidade de a Agems assumir essa parte também. E eu quero colocar mais um negócio aqui na discussão: quem lucra com os penduricalhos? Vossa Excelência está propondo discutir isso. Quem lucra? Onde está o imposto que tem de ser pago para as prefeituras? O senhor foi prefeito de Corumbá...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Se a empresa é clandestina, ela não paga imposto...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — ... Pendura e não paga ninguém. Por quê? Porque pendurou no poste. A Energisa briga, mas não tem poder de polícia, como o deputado Paulo Duarte disse. E nada acontece. Acho que o assunto carece de uma discussão mais aprofundada. Acho interessante a gente chamar a Agems para discutir. Acho que o Carlos Alberto pode colocar a área técnica dele para colaborar com isso.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Eu me proponho a assinar o convite. Acho importante fazermos isso. Agência reguladora não funciona aqui em Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Com certeza, deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Parabéns a Vossa Excelência pelo assunto que traz à tribuna. Eu não quero defender as operadoras de telefonia, mas preciso falar de algo que está acontecendo. Ocorre que fios estão sendo furtados em alguns lugares. Usuários de drogas sobem em postes, danificam os cabamentos, e deixam essa situação. Eu estive com o governador Eduardo Riedel e com várias operadoras, várias, inclusive com muitas dessas que o senhor mencionou, e conversamos sobre essa situação. Eu até ia falar na tribuna sobre isso, estava me preparando, para falar com propriedade. Mas ocorre que as empresas estão levando um prejuízo muito grande por conta de furtos. Há empresas que estão levando prejuízo de três milhões, outras de trinta milhões; há algumas que estão até pensando em ir embora

do estado. Os usuários querem se drogar, e quando ficam na fissura, cometem pequenos furtos para comprar drogas. Aqui em Campo Grande e em todo o Mato Grosso do Sul está ocorrendo muitos furtos de fios. E detalhe que fios de fibra óptica não têm valor. Pegam o fio de fibra pensando que é de cobre, e quando descobrem que o fio não é de cobre, deixam-no de qualquer jeito, como o senhor mostrou na foto. Eu não estou defendendo as operadoras, no entanto, quero frisar que muitos dos casos de fios caídos pela cidade foram causados por usuários de drogas. Nós conversamos com o governador sobre a possibilidade de ele fazer aqui uma clínica de recuperação para usuários de drogas. Eu estou até pensando em fazer um projeto de medidas compulsórias para ajudar esse pessoal. Mas é preciso fazer uma clínica para cuidar deles. A situação é grave. E tem gente querendo liberar as drogas, não só aqui no estado, mas no Brasil todo. Acontece que países que liberaram as drogas estão sofrendo com isso. O caso é sério. Está havendo muitos casos de furtos de fios de cobre e de fios de fibra óptica. Nós levamos esse problema ao governador, para que ele nos ajude a resolvê-lo. A preocupação é grande, porque se as empresas ficarem tomando prejuízo, vão querer deixar de investir aqui em nosso estado. A verdade é que a internet aqui no estado é muito ruim. Fora da cidade acaba a internet. Então, nós precisamos resolver isso. Acho que o diálogo com as empresas seria muito importante, talvez em audiência pública, para procurarmos uma solução.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Obrigado, deputado Antonio Vaz. Eu quero esclarecer uma coisa. Na verdade, a fibra óptica (e eu estou dizendo porque conversei com um técnico ontem) não tem valor no mercado, o que tem valor no mercado é o cobre. E o que acontece? As empresas trocam os fios de cobre por fios de fibra óptica e deixam aqueles velhos no poste, em vez de recolhê-los. Eu estou dizendo isso porque fiz um tour pela cidade no feriado e vi essa esculhambação toda. Nós estamos falando de centenas de empresas. A gente precisa tratar deste tema. Como eu disse, a legislação referente ao direito do consumidor é concorrente. Então, não há porque a gente barrar a proposta na CCJR e dizer que é responsabilidade das empresas reguladoras, porque não funciona. Como a legislação é concorrente, as três esferas podem legislar. Senão vai virar uma terra sem lei, como já é hoje. Se tudo o que a gente fizer aqui no Legislativo for barrado com a justificativa de que quem fiscaliza são as agências reguladoras, não acontecerá nada. Aí vai ficar essa esculhambação. Ora, a Assembleia também precisa legislar sobre isso. Por isso é importante debatermos o assunto aqui, porque hoje vivemos uma nova realidade. Há quinze, vinte anos, a gente sabia o nome das operadoras porque havia meia dúzia, Oi, Claro, Vivo, enfim. Hoje há centenas de empresas espalhadas pelo estado, e ninguém sabe exatamente o que está acontecendo. Eu quero ouvir o deputado Professor Rinaldo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado, não é permitida a concessão de aparte. Vossa Excelência dispõe de dois minutos e trinta segundos. O senhor pode ceder a palavra, mas será descontado do seu tempo.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Eu quero ouvi-lo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Já se passaram vinte e oito minutos do seu tempo?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pois é.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Esta é uma prova inequívoca de que o tema tem procedência. Quero cumprimentar Vossa Excelência, deputado Paulo Duarte. Eu estava comentando aqui com o deputado Paulo Corrêa o seguinte: além dos riscos que os fios causam à população, há a questão do aspecto visual, que é horrível. Aliás, isso ocorre não só em Campo Grande, ocorre no Brasil inteiro. Eu estive em São Paulo mês passado, e lá é uma loucura, há milhares de metros de fios despencando, outros tantos desencapados. O risco de ocorrer acidentes é grande. A situação é realmente vexatória. Eu concordo com Vossa Excelência sobre a necessidade de legislarmos de forma concorrente. Neste país temos apenas uma Constituição. Agora, cada estado a interpreta de maneira diferente? Embalado no encaminhamento de Vossa Excelência (e eu conversei aqui com o deputado Caravina, que é membro titular da CCJR), eu sugiro que nós façamos o quanto antes uma reunião com as doutoras Doriane e Gláucia, que representam o governo nessa parte de assessoria jurídica, para uma conversa mais aprofundada sobre isso. Eu tenho um projeto parado na CCJR... Veja bem! O Distrito Federal foi o primeiro da Federação a criar uma lei obrigando aqueles que praticam violência doméstica a arcar com toda a despesa... Isto é pedagógico, é simbólico! O lado mais sensível do ser humano é o bolso! Todo o mundo sabe disso! Eu conversei com o governador Eduardo Riedel, apresentei-lhe o projeto, e ele adorou a ideia. Aí ficam dizendo: "Ah, não é competência deste ou daquele!". Então nessa onda de competência do município, do estado, União, a gente fica nesta indefinição aqui. Se no DF virou lei, por que aqui não pode virar lei também? Principalmente porque nossa situação aqui é terrível. Eu estou dando um exemplo aqui embasado no que Vossa Excelência disse sobre legislação concorrente. Por que em alguns estados é lei e aqui é inconstitucional?... Se a gente olhar para a letra fria e não fizer uma interpretação coerente, fica difícil. Eu aprendi o seguinte no Direito: é preciso ter sensibilidade para interpretar a realidade. Nós temos vários projetos, vários, barrados aqui porque há um encaminhamento, porque é impossível, enfim. É simples! O governo regulamenta da forma que achar melhor! Quero parabenizar Vossa Excelência. Conte com o nosso apoio. Espero, deputado Paulo Corrêa, que um dia toda essa fiação seja subterrânea aqui em Campo Grande, como é na rua 14 de Julho, como é nas cidades de primeiro mundo. Essa fiação despencando alimenta o vício de dependentes químicos, polui o visual da cidade e oferece riscos à população.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Exatamente. Deputado Caravina, essas empresas concessionárias têm bons advogados, são umas das poucas empresas no mundo que têm garantia de lucro prevista em lei! Portanto, quem tem de contestar a legislação que fazemos aqui são elas. Se houver algum equívoco, deixe que elas contestem. Se a gente não legislar sobre essas concessionárias de serviço público, vai continuar essa esculhambação, essa terra de ninguém. E atendendo à sugestão do deputado Paulo Corrêa, eu farei um convite ao Carlos Alberto de Assis, já que algumas questões podem ser vistas pela agência reguladora, para que ele nos ajude; porque esta é uma luta de todas e de todos, como diz o deputado Caravina. Muito obrigado pela atenção e pelos apportes que recebi.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço, deputado Paulo Duarte. Na sequência, com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com

a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público presente e público que nos assiste pela TV e Rádio Assembleia! Eu venho à tribuna para falar de um tema importante e sobre o qual muitas vezes a gente deixa de falar por ser ele bastante polêmico. Algumas pessoas têm um pouco de dificuldade de falar sobre a realidade como ela é, mas nós precisamos debater. Desde a semana passada, um assunto tem sido pauta nacional: o controle do corpo das mulheres. Esta pauta me chama a atenção, já que há muitos anos eu acompanho a luta das mulheres e sei o quanto nossa vida é controlada pelo poder público, poder este constituído por uma maioria masculina. Quando olhamos para a história, observamos que, no período da Inquisição, nós mulheres éramos queimadas em fogueiras porque conhecíamos ervas, porque tínhamos o poder de curar algumas doenças. Na verdade, não tínhamos o poder da cura, tínhamos um conhecimento sobre a natureza. Naquele período (e é importante lembrar que a Inquisição era garantida sobretudo pela Igreja Católica, minha igreja por sinal), as mulheres eram queimadas porque tinham conhecimento, e conhecimento é poder. Oitenta por cento das pessoas que morreram naquele período eram mulheres, mulheres que conheciam ervas medicinais, que sabiam fazer chazinhos, como os que tomamos hoje em dia, de camomila, de erva-cidreira, enfim. Este era o motivo pelo qual as mulheres eram assassinadas, queimadas vivas. Nunca foi sobre o conhecimento, sobre a cura, sempre foi sobre o controle da vida e do corpo das mulheres. Desde então, as mulheres vêm travando uma batalha. Passamos esse processo. Depois passamos a acompanhar a luta das mulheres nos séculos passado e retrasado. Sempre observamos o quão é desigual a vida das mulheres na sociedade. Nós temos que enfrentar essa política que viola nossos corpos, temos que enfrentar a violência doméstica; tivemos que gritar muito para que o estado percebesse que éramos vítimas de violência doméstica e que éramos violentadas simplesmente pelo fato de sermos mulheres. E nós sofremos uma condenação natural, temos regras a cumprir, temos metas, temos um lugar para estar e temos uma política que, além de nos obrigar, também nos violenta. Então, nós tivemos que fazer todos esses enfrentamentos. Lutamos para termos o direito de participar da política, e ainda seguimos lutando. Lutamos pela igualdade salarial, e ainda não temos essa igualdade. Recentemente, tivemos um projeto de lei aprovado no Congresso Nacional, o qual está sendo questionado, porque as grandes empresas entendem que nós mulheres não podemos receber salário igual ao dos homens. Este assunto parece tão arcaico, mas ele é real, e ele é deste momento. Nós mulheres vivenciamos todo este processo, encaramos todas estas lutas. Eu sempre acompanhei isso muito de perto, observando os debates, os discursos, e uma pergunta sempre me passou pela cabeça: se houvesse igualdade entre homens e mulheres, seria necessário debatermos certas pautas aqui? E eu sempre questioneei o seguinte: se os homens engravidassem, aborto seria ilegal? Eu pergunto aos homens: se vocês tivessem a obrigação de cuidar do trabalho doméstico como as mulheres têm, esta Assembleia teria apenas três deputadas? Nós poderíamos avançar em outras questões? Isso sempre passou pela minha cabeça. Deputada Lia Nogueira, em 2010, no processo eleitoral, quando nós elegemos a primeira mulher como presidente do Brasil, a pauta da eleição foi o aborto. Porque quando uma mulher está no processo, na disputa, as pautas pesadas e

polêmicas vêm à tona, e este tema caiu sobre o colo da Dilma Rousseff naquele momento. E o assunto só saiu da pauta no momento em que foi revelado que as mulheres da oposição também tinham histórias de aborto. Quando foi revelada a hipocrisia, nós conseguimos parar o debate e assumir a pauta, porque o país precisava disso. Elegemos uma mulher presidente. Em 2016, ela foi reeleita. Dois mandatos eram demais para uma mulher neste país machista em que as mulheres não ocupam os espaços de poder. Então ela sofreu um golpe. E depois a gente viu cenas que diziam claramente que uma mulher não podia ocupar aquele espaço da política. E logo após o golpe, na posse do seu vice, do golpista, as mídias mostravam uma imagem da primeira-dama, que mais parecia uma Rapunzel, com suas tranças lindas e maravilhosas, e uma chamada bem grande dizendo: "Bela, recatada e do lar". Vocês se lembram disso? Finalmente vimos revelada a hipocrisia. Eles diziam que o lugar das mulheres era o lar. Não era para nós estarmos nos espaços da política. E naquele momento a gente percebeu que o golpe era contra as mulheres; o golpe é contra os direitos das mulheres, é uma imposição sobre a nossa vida, sobre o nosso corpo. Mas a pauta não parou aí. Seguimos, então, avançando nos debates polêmicos, e as mulheres, mais uma vez, foram condenadas. As professoras passaram a ser acusadas de interferir na sexualidade das crianças. E em 2018, todo o debate da política foi pautado na sexualidade alheia. Algo bastante estranho para aquele momento. Mas não era também sobre qualquer sexualidade, era sobre os corpos femininos. Era sobre os corpos masculinos que tinham gênero feminino. Mais uma vez o debate era: imposição e regra sobre o feminino. E nós vimos então a pauta política neste país se confundir com temas polêmicos; mas, na verdade, deputada Lia Nogueira, não era sobre esses temas. O debate nunca foi sobre regras para toda a sociedade, o debate nunca foi sobre a vida, o debate sempre foi sobre o controle aos nossos corpos e sobre pautas polêmicas para passarem outros temas. Enquanto a sociedade discutia a sexualidade alheia, projetos de lei sobre a economia, as reformas, muitos passaram. Se a população realmente estivesse debatendo aquelas reformas, elas não teriam acontecido. Portanto, foi necessário tirar uma mulher do poder e colocar o controle sobre o corpo das mulheres na pauta política, para que o Congresso e o Planalto pudessem aprovar as pautas econômicas, que deixavam o pobre mais pobre e o rico mais rico, deputado Pedro Kemp. E nós vimos a desigualdade social aumentar. Enquanto estávamos discutindo pautas insignificantes para a sociedade, os índices mostravam que os pobres estavam mais pobres, e a revista Forbes anunciava que os ricos estavam ficando mais ricos. Pois não, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu quero parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento e lembrar de uma frase da Simone de Beauvoir, referência para o feminismo, intelectual que deixou uma obra muito importante para a sociedade refletir sobre a importância do debate sobre gênero, sobre a mulher. Ela diz: "Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que se manter vigilante durante toda a sua vida." Então, é o que Vossa Excelência está dizendo. Agora ressurgiu a discussão sobre o aborto no Brasil. Mas, na verdade, a intenção é política. E é uma indecência o autor do PL nº 1.904 dizer que, com esse projeto, vai testar o presidente Lula. Ele quer ver se o projeto, uma vez aprovado pelo Congresso Nacional, será sancionado ou vetado pelo presidente. Este é o objetivo do projeto. Isso para dizer depois se o Lula é contra ou a favor do aborto. Este é o objetivo.

Então, a pessoa brinca com um assunto sério e o coloca em debate no Congresso Nacional, em vez de discutir sobre como proteger as mulheres, sobre como fazer frente a essa prática do estupro, que, na verdade, acaba sendo responsável pela violência sexual contra crianças e adolescentes, inclusive. Semana passada, vimos o caso de um pai abusando da filha no leito de uma UTI. Há crianças de dez, doze anos de idade grávidas. Ninguém quer discutir sobre como proteger essas crianças, sobre como proteger essas mulheres que são vítimas de abuso sexual, mas querem colocar o tema do aborto para constranger, para fazer uma discussão já envolvendo os religiosos; e aí vem aquela discussão da moral, da religião, escondendo atrás desse debate uma realidade cruel pela qual passam tantas mulheres brasileiras. É preciso acabar com essa hipocrisia no Brasil. E como disse aqui Vossa Excelência, lembrando muito bem da campanha da ex-presidente Dilma Rousseff, naquele momento estavam em discussão a economia, desafios relativos ao combate à fome, à pobreza, à miséria. Aí alguém vai e coloca a pauta do aborto. Para quê? Para mudar o foco, para constranger a candidata, para colocar a pauta religiosa novamente. Então, eu penso que há muita hipocrisia. E, parafraseando a Simone de Beauvoir, digo: toda vez que há uma crise política, uma discussão acirrada de ideologias, você coloca a questão dos direitos das mulheres em jogo. E a questão do aborto ninguém discute sob a perspectiva dos direitos das mulheres, da proteção à dignidade das mulheres. Essa questão do estupro no Brasil tem de ser enfrentada. Imagine Vossa Excelência! Esse PL visa criminalizar e condenar com uma pena de até vinte anos alguém que interromper a gravidez por conta de um estupro, sendo que o estupro pode ser condenado a até dez anos de pena. Quer dizer, o estupro, um criminoso, uma pessoa que fere a dignidade, que violenta uma menina, pode receber uma pena menor do que a daquela que interrompe a gravidez resultante de um estupro. Veja como as coisas são invertidas, como o debate é truncado. E a gente precisa falar do que está por trás desse PL. A intenção é provocar o presidente Lula e fazê-lo vir ao público e manifestar sua posição sobre o aborto. Não estão falando, neste momento, em mudança da legislação sobre o aborto no Brasil. Parabéns a Vossa Excelência!

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada, deputado Pedro Kemp. Lembrando que o presidente Lula já se manifestou e tem dito o que toda a população está dizendo, que isso é um absurdo e que esse PL não valoriza a vida. Deputada Lia Nogueira, por favor.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Deputada Gleice Jane, antes de mais nada, quero parabenizá-la pelas palavras. Eu também não poderia deixar de tocar neste assunto, já que, desde a semana passada, muitas pessoas têm nos questionado sobre qual seria o nosso posicionamento com relação a isso. Eu creio que, se a gente for fazer hoje uma enquete no Brasil, verá que 90% da população é contra o aborto. E já existem três situações com previsão legal: bebê anencéfalo, estupro e risco de morte da mãe. Agora, o que está ocorrendo não é a questão do aborto em si, estão politizando o tema de forma muito baixa e vergonhosa. Só quem já conviveu com uma mulher que foi vítima de estupro sabe do que estou falando. Graças a Deus eu nunca passei por isso; mas tive duas amigas que passaram. Com uma delas aconteceu o seguinte: os bandidos entraram na casa dela e estupraram suas três filhas na frente dela e de seu esposo. Até hoje ela carrega esse trauma. Eu sou uma das madrinhas de uma entidade lá de Dourados que cuida de meninas vítimas de abuso sexual, de violência

sexual, e sei que os relatos são chocantes. Nós temos aqui uma divulgação da 17ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2022. Naquele ano, 74.930 pessoas foram vítimas de estupro, entre elas, vulneráveis. Nós estamos falando de criança, de uma menina cujo corpo nem formado está ainda e que vai gerar uma criança, deputado Professor Reinaldo, fruto de violência. Um homem, quando vai estuprar uma mulher, não chega e diz: "Olha, com licença, me desculpe, eu vou estuprá-la, de repente pode ser legal para mim e pra você". A gente sabe que não é dessa forma que funciona. A hipocrisia no Brasil está reinando de forma assustadora! E mais, além desses traumas, a vítima tem de carregar o fruto de um estupro, de uma violência. Depois a criança virá ao mundo e não será desejada. Eu tenho uma colaboradora fruto de um estupro, e ela me diz até hoje: "Lia, minha mãe não me ama como ama as minhas duas irmãs." O relato dela, senhoras e senhores, é chocante. Não é possível que uma bandeira política, seja de direita, seja de esquerda, não seja capaz de enxergar o ser humano. Nós estamos falando aqui de uma pessoa fragilizada, estuprada, violentada, em sua maioria meninas e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. No Brasil, boa parte dos casos acontece porque não há assistência nenhuma. Aí as pessoas vulnerabilizadas serão estupradas e depois condenadas na forma mais pesada da lei. Os papéis estão invertidos. Quer dizer que a vítima vira criminosa e que o criminoso, o estuproador nojento!, terá uma pena menor. É inadmissível. Eu vejo isso como um retrocesso total neste país. Nós precisamos avaliar muito bem as situações quando ocupamos uma cadeira num espaço de poder, seja numa Câmara Municipal, numa Assembleia Legislativa, na Câmara Federal, seja no Executivo. A gente vem pra cá com uma responsabilidade, e aqui a gente lida com a vida de centenas, de milhares de pessoas. Isso é muito sério. Fica aqui a minha indignação. Se um dia, Deus o livre guarde, uma filha minha for estuprada, eu quero fazer valer a lei que dá direito, no caso de estupro, ao aborto; para que ela não tenha que passar por tantas lutas. Para encerrar, quero dizer o seguinte: vamos parar com a hipocrisia. Depois que a criança nasce, ela será adotada? Não. Ela ficará em uma entidade, em um orfanato...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Abandonada.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim. Ainda mais se for negra, alguém fora dos padrões estabelecidos pela sociedade. A hipocrisia mora aqui. Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada, deputada Lia. Deputado João Henrique, eu só vou pedir para o senhor ser um pouquinho breve, para que eu tenha tempo de concluir, porque a pauta é bastante importante, e as pessoas têm muito o que dizer sobre ela, afinal de conta ficaram muitos anos em silêncio.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — A senhora me concede os dois minutos regimentais, deputada?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pois não.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputada, eu acho que vocês da esquerda estão analisando a situação sob uma ótica equivocada em relação àquilo que nós da direita pensamos. Colocar na mesma esteira o estuproador, ou a punibilidade do

estuprador, e o direito à vida é algo que nós não estamos fazendo. Na verdade, nós defendemos que os estupradores recebam uma pena muito maior do que a que recebem na prática. Nós defendemos que eles recebam a pena de castração química. Nós defendemos, dependendo das atrocidades que cometem, pena de morte para esses vagabundos. Então, nós não queremos que ele tenha uma pena maior ou menor do que a da pessoa que contribui ativa ou passivamente para o homicídio do feto. O que acontece, deputada, é que muitos bebês, com a evolução da tecnologia, têm nascido de vinte e duas semanas, de vinte e quatro semanas, e ficam na incubadora. E quando você olha para o futuro, para dois, três, quatro, dez anos... eu mesmo talvez não estaria aqui se esse procedimento fosse permitido e se a minha mãe estivesse naquelas condições. Há muitos relatos de pessoas que nasceram prematuramente e que não passaram por isso. O procedimento de assistolia fetal consiste em aplicar no feto, deputada, uma injeção de cloreto de potássio, para que o coração dele pare de bater. Aí é realizado o parto. Porque, se não fizer esse procedimento, deputados, e tirar o feto, ele nasce vivo. Aí a equipe médica tem de estrangular o feto fora da barriga. É isso que acontece. E o Código Penal, deputada, foi um decreto-lei recepcionado em 1940, numa época em que não havia parto cesárea, havia só parto normal. O bebê nascia, pouco importava se fruto de estupro ou não. O direito à vida era estabelecido. Não havia essa questão de semanas. Hoje que se discute isso. Para concluir, o que acontece é que o Código Penal não conseguiu prever a quantidade de semanas. O Conselho Federal de Medicina colocou a seguinte questão: "Se, por qualquer motivo, social, psicológico, omissão, deixar chegar a vinte e duas semanas, estaremos cometendo um homicídio...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Conclua.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — ... ao realizar o aborto daquele feto; estaremos praticando um atentado contra a vida". Esta é a questão que nós levantamos. Eu trago o debate para que Vossa Excelência pondere e entenda o equilíbrio no Arcabouço Constitucional. Para nós, a vida está acima de qualquer penitência ou punibilidade. Na verdade, o raciocínio é inverso...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Conclua, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Desculpe. É que o tema...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Exatamente. Eu preciso concluir.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Mas ocorre que a pena do estuprador hoje é pequena. Esta é a verdade.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Nobre deputado, primeiramente eu quero dizer que este não é um tema da esquerda e que em 1940, quando a lei foi aprovada, o Congresso já era formado por uma maioria de homens da direita. Então, este não é um tema da esquerda ou da direita, este é um tema que a esquerda e direita sempre debateram e que nunca foi um grande problema. Eu participo dos movimentos de mulheres. Mulheres de esquerda e de direita sempre fizeram este debate. Quem faz hoje um debate moralista, hipócrita, sobre isso é a extrema direita. Nós precisamos deixar evidente quem é quem neste processo. Eu gostaria de ver essa

defesa à vida da extrema direita quando se trata de crianças indígenas, por exemplo. Eu não vi a extrema direita se levantar aqui para defender as crianças indígenas quando o estado de Mato Grosso do Sul esteve lá em Amambai com a sua estrutura atirando em crianças indígenas. Isso que aconteceu, e eu não vi ninguém defendendo a vida. Eu não vejo a extrema direita discutindo a vida, muito pelo contrário, ela estimula o uso de armas. Armas servem para matar, não para se defender. A pessoa que se defende com uma arma o faz porque sabe que tem em mão um instrumento que mata. Portanto, o debate nunca foi sobre a vida. E como disse aqui a deputada Lia, é importante parar com essa hipocrisia. Eu vou lhes contar rapidamente algumas historinhas de mulheres vítimas de violência sexual. Eu sei de muitas histórias, deputada Lia, porque, na escola, o que mais se ouve é problema relacionado a isso. Nós sabemos o quanto sofrem aquelas meninas que estão nos bancos das escolas; e grande parte delas passaram por um processo de violência sexual. Esta é a realidade que a gente vive todos os dias aqui em Mato Grosso do Sul. Eu ouvi quatro histórias que me chocaram. Uma delas é a seguinte: uma jovem de quatorze anos foi violentada sexualmente e engravidou, mas decidiu ter a criança; no entanto, o corpo dela não estava preparado, então ela abortou espontaneamente. Ao chegar ao hospital, a pauta moralista a condenava, a violentava a todo momento; ela foi destratada no hospital porque as enfermeiras não acreditavam que o aborto havia sido espontâneo. A dor dela era grande. E ela só conseguiu verbalizar seu sofrimento vinte anos depois com mulheres que conversavam sobre o assunto em uma viagem que fazíamos de Campo Grande a Dourados. Depois eu vi a notícia de uma jovem aqui de Campo Grande que engravidou do amante, o qual a levou para fazer aborto, e ela morreu. A opinião pública dizia que ela não poderia ter se submetido àquilo, davam a ela todos os nomes que vocês possam imaginar, porque ela era amante do rapaz. Nós nunca saberemos a história real, porque ela morreu; e, mesmo morta, ela foi condenada pela opinião pública. A terceira história é a de uma jovem que também foi violentada e que decidiu seguir com a sua gravidez e depois entregar a criança para adoção, como todo o mundo diz que se deve fazer. E assim ela o fez. Então, ela teve o filho, deputado João Henrique, veio a Campo Grande e o entregou nas mãos de um servidor público. E sabe o que a opinião pública disse sobre ela? Disse: "Que mãe desnaturada. Como ela pode abandonar o filho!". Portanto, esse debate nunca foi sobre a vida, sempre foi sobre o controle das mulheres e sobre a imposição da forma como elas devem viver. Nós precisamos compreender e dizer claramente que é sobre o controle da vida das mulheres. Nós sabemos que esses assuntos vêm à tona nos momentos em que há outras pautas importantes passando, as quais não queremos discutir: a pauta econômica, por exemplo. A intenção é, também, desviar nós mulheres do debate importante que é a pauta econômica. Neste ano eleitoral, nós já sabíamos e já esperávamos que a pauta de costume viesse à tona. O que nós não esperávamos é que ela viria com uma crueldade tão grande, querendo penalizar crianças vítimas de violência sexual. O que nós não sabíamos é que a extrema direita iria mostrar sua face e dizer o quanto é hipócrita este debate. O que nós não sabíamos é que seria colocada em pauta uma mãe que deverá escolher se quer morrer ou se quer ser presa. O que nós não sabíamos é que uma criança terá que escolher se quer ser mãe ou se quer ser condenada. Este é o debate que está colocado aqui. E não há debate sobre os estupradores que a extrema direita faz. Isso é tudo pauta moralista, realmente. Nós nunca vimos a direita, ou a extrema direita, preocupada com o abandono parental, porque os homens e sua responsabilidade paterna nunca foram colocados na pauta política. O que está colocado na pauta é o moralismo e o controle sobre a vida

das mulheres. E a opinião pública tem deixado bem claro em todas as enquetes, em todos os debates, em todos os espaços, inclusive nas redes sociais, que é contra esse PL. O povo é contra esse PL. Eu faço aqui um chamamento a todas as pessoas para que se manifestem. Peço que os senhores digam o que pensam e se posicionem contra esse PL que coloca em risco a vida das meninas, sobretudo das meninas.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — O tempo, deputada.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Nós não podemos permitir que a política no Brasil, mais uma vez, em vez de fazer um debate sério agora em 2024 sobre políticas municipais, coloque nós mulheres na pauta política da hipocrisia, do moralismo, que nunca teve compromisso com a vida das mulheres e que agora se mostra sem compromisso com a vida das crianças. Era o que eu tinha. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço a compreensão, deputada. Encerrado o Grande Expediente...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, apenas para fazer um registro. Hoje é comemorado o Dia do Profissional da Química. Tudo o que a gente vê e consome tem a participação desse profissional. Nós apresentamos aqui um projeto de lei há onze anos, que se tornou a Lei nº 4.390/2013. E Vossa Excelência foi um dos que votou a favor da proposta. A Lei nº 4.390 instituiu o dia 18 de junho como o Dia do Profissional da Química. Portanto, neste momento, cumprimento os profissionais desse setor tão importante, que colabora com a fabricação tanto de coisas elementares quanto de aviões.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Peço que conste em ata o aparte do deputado Professor Rinaldo...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, eu estou inscrito para falar no Grande Expediente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Daqui a pouco eu lhe respondo, porque a listagem não está aqui. Mas já encerramos o Grande Expediente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não encerrou, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Já sim, senhor.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu pedi a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não, não... Vossa Excelência quer usar os seis minutos?... Pois não, deputado. Vossa Excelência dispõe de seis minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, eu ouço a fala da deputada do PT, e não posso deixar de quebrar alguns estigmas que eles utilizam. Eles dizem: "Ora, e uma criança? Como fica a pena de uma criança de dez anos de idade, de doze anos de idade, que vai ser tratada com uma pena muito maior do que a do estupro?". Eu peço vênias a Vossas Excelências para ler o Código Penal, este decreto-lei que foi recepcionado pela Constituição. O artigo 27 diz: "Os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis". São inimputáveis! Não se sujeitam a pena nenhuma, mesmo que este projeto queira imputar-lhes alguma pena." Não é verdade, senhor presidente, que nós queremos atribuir às crianças pena maior do que aos estupradores. A direita quer que os estupradores, neste país, recebam pena de castração química, que um dia sejam submetidos à pena de morte; enquanto que a esquerda os protege, alegando que é necessário fazer o desencarceramento, a ressocialização. Esta é a verdade. E nós temos que falar dos bebês, da tecnologia, deputado Hashioka... Foram os médicos que se reuniram (não foi a direita), através do Conselho Federal de Medicina, e disseram que os bebês estão nascendo com vida, chorando, respirando, deputado Lidio Lopes, com vinte e duas semanas, e dizem que não querem matá-los, nem dentro, nem fora da barriga. Se tirar o bebê por meio da cesariana, ele vai sair com vida. E se o Estado der a ele condições, deputado Caravina, ele se tornará um adulto responsável, de dezoito anos de idade, para começar a receber penas. Dois projetos dizem o quê? Dizem que, se o caso envolver quem tiver dezoito anos e deixar a situação chegar às vinte e duas semanas, o legislador vai escolher a vida. Este é o ponto. Tanto é verdade que muitas vezes eles alegam: "A pena está descalibrada!". Para quem? Para o estupro. Eu pergunto: quantos projetos de lei a esquerda propôs aumentando a pena de maus tratos, ou equivalente, a animais? Enquanto que a pena para maus tratos a seres humanos é menor. Já houve, neste país, um debate importante quanto a este tema, e, na verdade, existe, deputado Caravina, deputado Lidio Lopes. O embrião da tartaruga, por legislação ambiental, que eles apoiam, aplaudem, e coletam recursos, os embriões das tartarugas são protegidos por lei. Coloque a mão num ovo de tartaruga lá no ninho e veja o que o legislador brasileiro fará! E a esquerda bate palma. É simples. Esta é a verdade. Este é o arcabouço legislativo que nós temos no Brasil. Nós da direita defendemos que a vida de um ser humano seja, pelo menos, tratada como a dos animais. Porque o embrião da tartaruga não é mais importante que o embrião do ser humano, nas vinte e duas semanas. Se eu tiver tempo, quero conceder um aparte à deputada Gleice Jane.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Cinquenta e seis segundos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — É o que Vossa Excelência tem disponível.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado, primeiramente, acho que a gente precisa compreender as coisas pelo viés da legislação. Nós já temos inclusive um parecer da OAB dizendo que o projeto é inconstitucional. Nós sabemos que esse projeto

nada mais é do que um evento político para debater uma pauta que não vai seguir adiante depois. Nós precisamos fazer o debate sobre a vida, sobre a vida realmente, mas de todas as vidas. É importante debater também a vida das crianças que são abandonadas e que o sistema público e o sistema econômico não dão conta de atender. É importante que a gente lembre que, nesse debate do aborto, quem morre e quem sofre são as mulheres pobres e pretas, porque as ricas vão à Europa e abortam com segurança, e está tudo certo. As amantes dos homens ricos, essas não têm problema. Agora, nós estamos falando, sobretudo, das mulheres e crianças pobres deste país. Dentro deste debate também temos outro recorte, o econômico. E no ano em que nós tínhamos que estar discutindo seriamente um PL sobre tributação, vamos ficar aqui mais uma vez debatendo pautas de costumes, para que não tenhamos tempo para discutir o que diz respeito à vida, sobretudo, das pessoas pobres. Portanto, este debate não é sobre a vida, é sobre, mais uma vez, a desigualdade entre homens e mulheres, é sobre a desigualdades entre pobres e ricos. Porque aos ricos e às ricas não faltará a oportunidade de exercer seus direitos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, conceda-me um minuto, para que eu possa concluir?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Um minuto, para sua conclusão.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado, deputada. Mas nós temos que entender como a coisa funciona na prática. O Sistema Penal brasileiro prestigia, na questão probatória, a palavra da mulher, da vítima. Então não existe, deputada Gleice Jane, nenhum tipo de impeditivo para se fazer o aborto, em qualquer mês de gestação, até com nove. Porque hoje, na prática, a mulher pode declarar, perante uma autoridade pública, que foi estuprada. Ou seja, a palavra dela prevalece em qualquer contexto fático probatório. E os médicos são obrigados a realizar o aborto, mesmo para aquelas que têm 18 anos e que não são mais inimputáveis. Os médicos são obrigados a cometer assassinatos. Então, o que estão estabelecendo a legislação e o Conselho Federal de Medicina é um limite, as 22 semanas, para garantir a vida a um ser humano, uma vez que os animais são protegidos, desde o embrião; e na nossa Constituição, no Código Penal, não existe a equivalência, dessa proteção, para os seres humanos. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para registrar a presença da vereadora Professora Almira, da nossa querida cidade de Chapadão do Sul.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Seja bem-vinda, nobre vereadora! A casa é sua.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Pela ordem, senhor presidente



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia! Senhor presente, hoje nós realizaremos a Sessão Solene de Outorga da Comenda do Mérito da Comunidade Japonesa Terra do Sol Nascente, às 19 horas. Então, eu gostaria de convidar os colegas deputados e aqueles que puderem nos prestigiar a participar da sessão. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Fica registrado, nobre deputado. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 075/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "As operadoras de planos privados de assistência à saúde, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, devem informar às beneficiárias gestantes a existência do direito à cobertura do atendimento nos casos de urgência e emergência." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 075/23, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação.
Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 011/24. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 011/24, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação.
Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Luís Alexandre Gomes da Silva. Vai ao Expediente. Item 3. Projeto de Lei nº 224/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Dispõe sobre a comunicação ao consumidor quanto ao término do período de teste gratuito de serviços oferecidos por empresas situadas no estado de Mato Grosso

do Sul." A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Lidio Lopes. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 224/2023, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.



DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emendas. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 116/2024. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Inclui, no Calendário de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, a Festa Pantaneta, no município de Aquidauana." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados. Peço licença aos senhores deputados para registrar o meu voto neste projeto. Obrigado.

Projeto de Lei nº 116/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão.

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lídio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, eu não cheguei a tempo no Pequeno Expediente, mas gostaria de apresentar um requerimento. Eu vou colocá-lo sobre a mesa, mas quero ler o texto. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor José Carlos da Silva, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 14 de junho do corrente ano. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do deputado Lidio Lopes, solidariza-se com os familiares do senhor José Carlos da Silva, que faleceu no dia 14 de junho de 2024, aos setenta e seis anos, vítima de um câncer que tratava há cerca de dois anos. O doutor José Carlos da Silva nasceu em Cambará, no Paraná, em 1947. Ele deixa a esposa, Marilda, e os filhos, Tainá, Nayara e Anan, e cinco netos. O senhor José se formou em Medicina pela Universidade Católica do Paraná em 1973, e em 1975 chegou a Mundo Novo, na época ainda distrito do município de Iguatemi. Participou da emancipação do município, ocorrida em 1977. Construiu uma unidade hospitalar, que até hoje presta atendimento em Mundo Novo. Foi prefeito de Mundo Novo entre os anos de 1980 e 1990. Além disso, exerceu mandato como vereador por uma legislatura e foi suplente de deputado estadual por uma legislatura. Após sair da política, dedicou-se ao atendimento médico, sendo funcionário de carreira da Secretaria Municipal de Saúde de Japorã. Foi responsável por mais de cinco mil partos realizados em Mundo Novo. Foi diretor clínico do hospital Bezerra Menezes nos últimos trinta anos, e tinha mais de cinquenta anos de exercício da medicina. Que Deus conforte a família enlutada. Rogamos a Deus que lhes dê força para suportar a dor neste momento tão difícil." O doutor José Carlos foi uma figura ímpar e fez um grande trabalho no município de Mundo Novo. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu gostaria de pedir ao deputado Lidio Lopes que me permita assinar essa moção. O doutor José Carlos foi um médico de extrema importância, um grande profissional que atendeu toda a região.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Com prazer.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Por sugestão do deputado Junior Mochi, peço ao deputado Lidio Lopes que transforme esta moção de pesar em nome da Casa.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Sem partido) — Pois não, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Item 5. Em discussão única e votação simbólica. "Um requerimento, quatorze indicações e três moções de congratulação." Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento da senhora Maria Lúcia de Oliveira. Proposta

pelo deputado Paulo Corrêa em razão do falecimento da senhora Zulema Escobar Jamil. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para convocar os deputados Pedro Kemp, Roberto Hashioka e Pedro Pedrossian para uma reunião amanhã, às 9 horas, após a reunião da CCJR, na Sala da Presidência, para discutirmos sobre a concessão da BR-163, sobre a CCR MSVia e sobre o aumento do preço dos pedágios. A concessão não foi discutida, não foi relicitada, ainda não está prorrogada, mas houve um aumento do preço do pedágio. Precisamos estudar a possibilidade de esta Casa ingressar com uma medida judicial, visando à suspensão do aumento do pedágio, até que a situação seja resolvida.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado Junior Mochi, seria possível fazermos a reunião na quinta-feira? Até porque amanhã haverá a reunião da CCJR e logo em seguida a sessão. Pode ser na quinta-feira, às 8 horas e 30 minutos?...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu gostaria de saber se seria possível fazermos a reunião na quinta-feira, às 15 horas? Porque amanhã, deputado Paulo Corrêa, será o lançamento, na verdade o reinício, o relançamento, da ZPE de Bataguassu. O senhor sabe bem desse assunto. A ZPE foi instituída em 2011 e é a única do estado de Mato Grosso do Sul, a única privada do Centro-Oeste. Amanhã ocorrerá seu lançamento porque surgiu uma empresa investidora; então o proprietário da ZPE vai retomar as obras. Eu vou acompanhar, representando a Assembleia Legislativa, o representante da Semadesc, Bruno Gonzaga, no evento.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu vou designar Vossa Excelência como nosso representante lá. A ZPE é muito importante para Bataguassu. Pergunto ao deputado Junior Mochi como fica esse negócio.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, a presença dos deputados Caravina, Pedro Kemp e Pedro Pedrossian na reunião da comissão é muito importante. Logo, precisamos nos reunir num horário que fique bom para todos. Acho que na quinta-feira antes da sessão pode ser bom para todos.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu estou sugerindo na quinta-feira porque fica mais prático.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Então, vamos fazer na quinta-feira, às 8h30min.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Fechado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu não estarei aqui, mas tudo bem.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Peça para o seu assessor jurídico vir e acompanhar a reunião.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Hoje eu fiz uma manifestação sobre isso. Então aquele requerimento para a ANTT e para o TCU sobre a questão dos prazos de repactuação será entregue para a nova comissão.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — OK. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Encerrada a presente Sessão (11h21min).